PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2204.01/2025

UNIDADE(S) ADMINISTRATIVA(S)

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I.

DOTACAO:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	07.07.04.122.0037.2.036.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO - RECURSOS PRÓPRIOS. 07.07.15.452.0338.2.038.0000 - MANUTENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO.	

DATA DE EMISSÃO: 22 DE ABRIL DE 2025.

DATA DA ABERTURA: 06 DE MAIO DE 2025.

HORÁRIO: 09:00 HORAS.

UNIDADE(S):	ORDENADOR (A) DE DESPESAS
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	ROBERTO PINHEIRO DE LIMA

MAIO - 2025

Comissão Permanente de Licitação
160
FLS
C.P.L.
Prefeitura Municipal de Pereiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2204.01/2025.

LICITAÇÃO DO MENOR PREÇO POR LOTE VISANDO O AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I.

O MUNICÍPIO DE PEREIRO, ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar 147/2014, subsidiariamente pela Decreto Municipal nº 310, de 22/03/2023 sob a função de impulsionar o processoo, o Pregoeiro ERMILSON DOS SANTOS QUEIROZ..

DATA, HORÁRIO E LOCAL:
OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:
LOCAL DO PREGÃO: www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br- **Acesso Identificado no link "acesso público".**
INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09h00min, do dia 23 DE ABRIL DE 2025.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08h00min, do dia 06 DE MAIO DE 2025;
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 09h00min, do dia 06 DE MAIO DE 2025.

Horários de Brasília.
DATA DE ABERTURA
DIA 06 DE MAIO DE 2025;
ÀS 09HS00MIN;
Endereço da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro - Pereiro/CE - CEP 63460-000. www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br

1.0- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1- O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico da BR CONECTADOS;
1.2- Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do órgão licitante, denominada Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo eletrônico de compras constante da página eletrônica: www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br.

CONSTITUEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO OS SEGUINTES ANEXOS:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS/TERMO DE REFERENCIA
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls
C.P.L.

ANEXO V - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: PREGÃO ELETRÔNICO

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo especifico no sítio eletrônico www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.3 - DO OBJETO
1.3.1- A presente licitação tem como objeto o AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I.

1.4 DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO- DA PARTICIPAÇÃO
1.4.1- O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.
1.4.2- Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, cujo contrato social abarque o objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos – para as estrangeiras que não funcionem no país, documentos equivalentes devem atestar atenção as mesmas exigências.
1.4.2.1- Para tanto, as empresas deverão se credenciar, de forma direta ou através de empresas associados à plataforma BR CONECTADOS (através do site www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br ou telefone (81) 3877-1397, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas, onde apresentarão proposta e todos os documentos exigidos credenciamento e oportuna habilitação.
1.4.3- A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de uso e em acordo com as caracteristicas técnicas exigidas.
1.4.4- Cada licitante terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar uma única empresa licitante.

2.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
2.1- RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONDICOES:
2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei de Licitações.
2.1.2- Empresas concomitantes que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, e Empresas estrangeiras que não apresentem os documentos equivalentes aos aqui exigidos:
2.1.3-Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente;

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
162
Fls
C.P.L.

2.1.4- Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;
2.1.5- Empresas que se adequem a qualquer um dos impedimentos contidos no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2.1.6- Poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado;
2.1.7- Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se junto ao sistema eletrônico da BR CONECTADOS para então cadastrar sua proposta até horário fixado neste Edital. Para cadastrar-se junto ao sistema eletrônico o licitante deve entrar em contato com o www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br.

2.1.7- O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema;
2.1.8- A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de Credenciamento/habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar sua condição, assim como no campo próprio da Proposta de Preços, para fazer valer o direito de prioridade do desempate.

2.2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/ DA APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006:
2.2.1- Poderão participar desta licitação, os interessados (PESSOAS JURÍDICAS) que atendam a todas as exigências constantes neste procedimento licitatório e em seus anexos.
2.2.1.1 A participação nesta licitação não será restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06). De acordo com o estabelecido no art. 49 daquela Lei Complementar.
2.2.2- Será concedido as MICROEMPRESAS os benefícios assegurados pelos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

3.0- DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME/ DO CREDENCIAMENTO ATRAVÉS DA PLATAFORMA BLL COMPRAS
3.0.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) abrir as propostas de preços;
d) analisar a aceitabilidade das propostas;
e) desclassificar propostas indicando os motivos;
f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) declarar o vencedor;
i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.
3.0.2- A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BR CONECTADOS, sendo que o cadastro pode ser realizado diretamente no site, ocasião em que a plataforma irá entrar em contato com a

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
163
Fls
C.P.L

empresa interessada no sentido de solicitar documentos para conferência dos dados prestados. Após, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, a licitante deverá manifestar pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.0.2.1- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.0.3- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.0.4- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BR CONECTADOS ou ao Município de Palotina a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.0.5- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.0.6- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.0.7- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida diretamente junto a BR CONECTADOS, através dos contatos: (81) 38771397; www.licitacaopereiro.com.br - processos.brconectado.com.br.;

3.0.8- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação.

3.1 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES/ DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1.1- As pessoas jurídicas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;

3.1.2- A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

3.1.3- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

3.1.4- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema;

3.1.5- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.6- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

3.1.7- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente cadastramento para participar do

pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos;

3.1.8- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.1.9- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto a BR CONECTADOS;

3.1.10 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e Encaminhamento da proposta inicial de preço e documentos de habilitação, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

3.1.11- Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

3.1.12- O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item/lote;

3.1.13- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

3.1.14- Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances, observadas as regras do sistema;

3.1.15- Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

3.1.16- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

3.1.17- Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;

3.1.18- A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante Aviso de Fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de lance

3.1.18.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, contidos no Anexo II – Documentos Exigidos para Habilitação, acompanhadas das Declarações também em Anexo, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

3.1.18.2- O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.1.18.3- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, ocasião em que será utilizado o benefício contido no Artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.18.4- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios,

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
165
Fls
C.P.L

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
3.1.18.5- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
3.1.18.6- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
3.1.18.7- Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

MODOS DE DISPUTA E ENVIO DE LANCES
3.1.19- **ABERTO E FECHADO** - No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.
3.1.20- Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
3.1.21- Encerrado o prazo, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;
3.1.21-1-Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
3.1.21.2-Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
3.1.21.3-Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa.
3.1.21.4-Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos da Lei n. 14.133/21.
3.1.22 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.;
3.1.23-Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes. **O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.**
3.1.24- O não cumprimento do envio dos documentos da propostas adequadas/documentos complementares (caso seja necessário) dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas em lei e neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subseqüente.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls. 46
C.P.L.

3.1.25- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta/habilitação ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
3.1.26- Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;
3.1.27- Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta/habilitação ou lance de menor preço;
3.1.28- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 e suas alterações, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP (Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas). Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociará um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

3.2 DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO
3.2.1- O licitante deverá encaminhar proposta/habilitação para o sistema eletrônico no horário e dia previstos neste edital;
3.2.2- A critério da licitante caso necessário poderá anexar arquivo documentos de habilitação (item 5.0) e a de "proposta escrita" junto à proposta eletrônica, e alertamos que a inserção de informação no campo do preenchimento da proposta eletrônica contendo as informações da empresa aplicará na desclassificação da mesma;
3.2.3- O encaminhamento de proposta/documento de habilitação no momento oportuno para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
3.2.4- No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas, no campo próprio, as especificações, **marcas**, quantidades, valores unitários e totais dos produtos ofertados, a não inserção de arquivos(no momento oportuno) ou informações contendo as especificações e **as marcas dos produtos** neste campo, implicará na desclassificação do licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;
3.2.5- Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
3.2.6- Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da Proposta de Preços sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores.

4.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA
4.1- O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo inferior ao determinado pelo edital;
4.2- Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes aos custos de operacionalização do sistema eletrônico, frete, tributos e demais ônus atinentes à realização do objeto;
4.3 Na proposta escrita, deverá conter:
a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto;
b) O prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
c) Especificação completa dos lotes/itens oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO I, deste Edital;
d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
167
Fls
C.P.L.

e) Marca dos produtos, conforme anexo I.
4.4- Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) os lances **NO REGIME DE MENOR PREÇO POR LOTE**;
4.5- Os serviços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado pela administração;
4.6- Serão desclassificadas as propostas que:
4.6.1- Conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;
4.6.2- Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;
4.6.3- Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação Dos lotes/itens licitado;
4.6.4- Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexeqüíveis, por decisão do Pregoeiro;
4.6.5- Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.
4.6.6- Não indicar a marca do produto cotado, nos casos em que couber.
4.6.7- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração
4.6.8- Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4°, da Lei n° 14.133/2021.

4.7- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4.7.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:
4.7.1.1- Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou servidor público municipal com o carimbo, desde que apresente o original exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;
4.7.1.2- Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa se expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;
4.7.1.3- Preferencialmente, rubricados e numerados sequencialmente, na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

5.0 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
5.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
5.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
5.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
5.1.3 No caso de sociedade simples: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante;
5.1.4 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização expedido pelo órgão competente; os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
5.1.5 No caso de sociedade por ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante;

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
168
Fls
C.P.L.

5.1.6 No caso de Cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
5.1.7 Em se tratando de MICROEMPREENDENDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendendor.gov.br.
5.1.8 Cópia de documento oficial com foto e CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei.
5. 1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 - PROVA DE INSCRIÇÃO NA:
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
5.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.
b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
5.3.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;
5.3.3- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme Lei 12 440, de 07 de julho de 2011.

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
5.4.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedido por entidade pública ou privado, usuária dos equipamentos em questão, comprovando que forneceu, satisfatoriamente, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro/Agente de Contratação ou quem este indicar.
a) No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja execução ou entrega foram realizadas.
b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 5.4.1 "a", instrumento de nota fiscal e/ou contrato respectiva ao qual o atestado faz vinculação.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
169
Fls
C.P.L.

5.4.2 Os atestos de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
5.4.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA:
5.5.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica – Lei n° 14.133, de 2021, artigo 69, caput, inciso II;
5.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrado no órgão competente;
a) A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos.
b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

5.6 - OUTRAS EXIGÊNCIAS:
5.6.1 Declarações complementares: A proponente deverá declarar em documento único;
a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
c) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Pereiro ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
d) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
e) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
f) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
g) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
h) Declara que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.
5.6.2 A licitante deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.
5.6.3 A licitante deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

5.6.4- Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora, será com a sede que apresentou a documentação.

6.0- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1- Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico no e-mail: pmplicitapereiro@gmail.com, informando o número deste pregão.

6.1.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.licitacaopereiro.com.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.2- As respostas aos esclarecimentos formulados serão encaminhadas aos interessados, através do respectivo e-mail.

6.2.1- Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição por escrito, protocolizada na comissão de Licitação na **Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro - Pereiro/CE - CEP 63460-000**, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas (horário local);

6.3- Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

6.4- Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando no sistema eletrônico sua intenção de recorrer, quando oportunizado pelo Pregoeiro, no prazo de até 15 (quinze) minutos, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

6.5- A falta de manifestação imediata e motivada no momento e tempo estipulado durante a licitação importará a preclusão do direito de recurso;

6.6- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

6.7- Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

6.8- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.0- DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1- O Pregão será realizado na forma eletrônico.

7.2- O julgamento da licitação será realizado em apenas uma fase, sendo dividido em duas etapas somente para fins de ordenamento dos trabalhos, e obedecerá ao critério do **Menor PREÇO POR LOTE**.

7.2.1- A etapa de classificação de preços compreenderá a ordenação das propostas de todos os licitantes, a classificação inicial das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, a oferta de lances verbais dos licitantes proclamados para tal a classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

7.2.2- A etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação compreenderá a verificação e análise dos documentos conforme item: 5.0, do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
171
Fls
C.P.L.

a declaração do licitante considerado vencedor do certame e a adjudicação, sendo esta última feita caso não ocorra interposição de recurso.
7.3- A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente;
7.4- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
7.5- O Município de PEREIRO se reservará ao direito de efetuar diligências visando confirmar as informações apresentadas pelo licitante sobre as características dos produtos/serviços ofertados. Caso sejam encontradas discrepâncias entre informações contidas em documentação impressa e na proposta especifica, prevalecerão as da proposta. Se inexeqüíveis, este fato implicará na desclassificação da proposta da licitante.

8.0- DO TERMO DE CONTRATO
8.1- Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 14.133/21, o Contrato referente a execução do serviço constantes do objeto será formalizado e conterá, necessariamente, as Condições já especificadas neste Ato Convocatório;
8.2- Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao Contrato a ser assinado

9.0- DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO
9.1- A Secretaria Interessada convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, assinar o Contrato, dentro das formalidades exigidas.
9.2- O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria Interessa.
9.3- É facultado à(o) Pregoeiro(a) , quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, conforme Lei n. 14.133/21, e neste Edital.
9.3.1 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo(a) Secretaria Interessada caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
9.3.2- As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **(Documentos de Habilitação)**, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão consideradas inabilitados.

10.0- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
10.1- A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios, combinado com a Lei n. 14/133/21.

11.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA
11.1- Realizar/Entregar os produtos conforme o Edital/Termo de Referência, a contar da data do recebimento da respectiva ordem, conforme solicitação de cada unidade administrativa.

12.0 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
172
Fls
C.P.L.

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
12.2 Forma de fornecimento: O fornecimento do objeto será integral ou parcelado, conforme solicitação da contratante, descrito no documento de aquisição enviado a contratada.

13.0 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:
13.1 O custo estimado total da contratação é de **conforme termo de referência**:
13.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
13.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
13.4 Os preços inicialmente são fixos e irreajustáveis contado da data do orçamento estimado.

14.0 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO
14.1 Não será admitida a entrega dos equipamentos pelas Contratadas sem que esta esteja de posse da Ordem de Compra, Nota de Empenho ou outro instrumento similar respectivo e devidamente acompanhado dos documentos fiscais (Nota Fiscal).
14.1.1 Os equipamentos fornecidos devem corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Compra ou outro instrumento similar.
14.2 De posse dos documentos que devem acompanhar os equipamentos, objeto da licitação, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável, mediante termo circunstanciado, para posterior verificação de especificações, da qualidade, da quantidade, dos prazos, dos preços e de outros dados pertinentes.
14.2.1 Quanto ao recebimento, o servidor da Administração ou comissão responsável, verificará se foram atendidas todas as exigências legais pertinentes e toda a observação especifica no Edital e anexos.
14.2.2 Aprovando os equipamentos, após as verificações necessárias, o servidor ou comissão responsável, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados de sua efetiva entrega, receberá os equipamentos em caráter definitivo, mediante recibo, o qual ratificar o termo circunstanciado de recebimento provisório, podendo, entretanto, retificá-lo.
14.2.3 Encontrando irregularidades no recebimento dos equipamentos, o servidor ou comissão responsável, fixará aos fornecedores a promoverem as correções necessárias, sob pena de serem rejeitados.

15.0 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:
15.1- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que não poderá implicar em aumento de custos desnecessários ou mesmo causar restrição a competitividade.

16.0-DA FISCALIZAÇÃO
16.1-A execução do objeto será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por intermédio do Servidor designado para tal finalidade.
16.2- A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE.
16.3- Quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pelo licitante, sem qualquer ônus para a SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
173
FLS
CPL

17.0 - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico.

17.2- Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado no subitem acima, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3- A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4- Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

a) O endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE;

b) A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE, dentro do prazo legal.

17.5- Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.0 - DA CONTRATAÇÃO

18.1- Durante o prazo de validade da proposta, observadas as condições fixadas neste Edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.

18.2- Aplica-se às contratações de fornecimento disposto n da Lei Federal n.º 14.133/21, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

18.3- Na hipótese de a licitante primeira classificada ter seu registro cancelado e/ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderá ser firmada contratação com as demais licitantes, convocadas pela ordem crescente de suas classificações, até que uma delas demonstre interesse, desde que nas mesmas condições propostas pela primeira colocada e atendidas as especificações e prazos exigidos neste Edital.

19.0 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

19.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2204.01/2025, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

19.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

19.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;

19.4 - Os produtos serão entregues no local indicado pela unidade administrativa solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

19.5- A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela SECRETARIA ORDENADOR de Despesa.

19.6- Conforme Termo de Referência poderá haver hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro/Ce
174
Fls
C.P.L.

19.7- Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias e a respectiva Nota Fiscal.
19.8- O produto que não atender às especificações do Edital e que forem recusados pelo servidor responsável pelo recebimento no momento da entrega deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento.

20.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
20.1- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
20.2- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
20.3- Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
20.4- A sanção prevista no inciso I do caput do art. 156 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
20.5- A sanção prevista no inciso II do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21;
20.6- A sanção prevista no inciso caput do art. 156 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
175
Fls
C.P.L.

20.7- A sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 156 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
20.8- A sanção estabelecida no inciso IV do caput do art. 156 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
20.9- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do art. 156.
20.10- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
20.11- A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.0 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL
21.1- A rescisão contratual poderá ser:
a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21;
b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
21.2- Em caso de rescisão prevista nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
21.3- A rescisão contratual de que trata o inciso I art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a III, ambos da Lei nº 14.133/21

22.0 - DO PAGAMENTO
22.1- O pagamento será efetuado, no prazo de até 10 (DEZ) dias a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente pela SECRETARIA SOLICITANTE da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE.
22.1.1- Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.
22.2- Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a SECRETARIA DE SOLICITANTE da Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE.
22.3- A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.0 - DAS AMOSTRAS
23.1 **Da Obrigatoriedade de Amostras:** Com o intuito de garantir a qualidade e a conformidade dos produtos a serem fornecidos, é obrigatório que todos os fornecedores vencedores apresentem amostras dos gêneros alimentícios ofertados.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
176
Fls
CPL

23.2 Apresentação das Amostras: As amostras deverão ser entregues no ato da habilitação ou conforme especificado no edital, em quantidade suficiente para avaliação pelas comissões responsáveis. As amostras devem estar devidamente identificadas com o nome do produto, a marca, o lote e a data de validade.

23.2.1. A licitante detentora da melhor oferta deverá entregar 01 (uma) amostra dos itens de todos os lotes, em até 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação pela contratante, no horário estabelecido entre 08h:00min às 12h:00min e de 13h:00min às 17h:00min de segunda-feira a sexta-feira, no Centro Administrativo José Estevam da Silva, no Setor de Compras, bloco B, na rua Marta Silveira Maciel, Nº 04, Centro, Pereiro/CE. Conforme Resolução/CD/FNDE N°.26/13.

23.2.2. As amostras solicitadas dos itens discriminados no subitem supra, deverão estar todas identificadas individualmente, com uma etiqueta que contenha as seguintes informações:

a) Nome da empresa licitante;

b) Número do item;

c) Número do lote;

d) Número do pregão de referência;

23.2.3. Os produtos, apresentados como amostra, poderão ser manuseados e não serão devolvidos à licitante ao final da avaliação técnica.

23.2.4. A amostra que apresentar desconformidade com as especificações contidas neste Edital, a licitante terá sua Proposta desclassificada para o lote cotado;

23.2.5. A amostra que apresentar divergência de qualidade inferior em relação a algum item da especificação constante do edital ou da proposta, a licitante terá sua Proposta desclassificada para o lote cotado;

23.3 Avaliação das Amostras: As amostras serão submetidas à análise técnica e sensorial por uma comissão designada, que avaliará critérios como:

a) **Qualidade**: Garantia de que os materiais são de alta qualidade, duráveis e adequados para uso em sistemas de iluminação pública.

b) **Desempenho**: Eficiência energética dos produtos, especialmente das lâmpadas e sistemas de controle de iluminação.

c) **Durabilidade e resistência dos materiais**: Testes que comprovem a resistência dos produtos às condições climáticas adversas, como chuvas, ventos e altas temperaturas.

d) **Segurança**: Comprovação da segurança dos materiais para a instalação e operação, incluindo ausência de substâncias tóxicas ou perigosas (como mercúrio em lâmpadas) e conformidade com as normas de segurança elétrica.

e) **Ergonomia e facilidade de instalação**: Avaliação da facilidade de manuseio, instalação e manutenção dos materiais, quando aplicável.

f) **Composição e segurança dos materiais**: Garantia de que os materiais não contenham substâncias perigosas que possam impactar negativamente o meio ambiente ou a saúde pública.

g) **Adequação ao uso pretendido e funcionalidade**: Verificação da compatibilidade dos materiais com as necessidades de iluminação pública, garantindo que atendam aos critérios de eficiência e segurança.

h) **Embalagem e acondicionamento adequado**: As amostras devem ser embaladas de forma adequada para garantir a integridade do produto até a avaliação, com atenção a métodos de embalagem sustentáveis, quando possível.

i) **Conformidade com as especificações técnicas**: Confirmação de que os produtos atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Edital, incluindo desempenho e critérios ambientais.

23.3.1 Portanto, as amostras serão submetidas aos testes descritos no ponto 23.2.2, em até 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação pela contratante, no horário estabelecido entre 08h:00min às 12h:00min e de 13h:00min às 17h:00min, no Centro Administrativo José

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls 177
C.P.L.

Estevam da Silva, no Setor de Compras, bloco B, na rua Marta Silveira Maciel, Nº 04, Centro, Pereiro/CE.

23.3.2 Rejeição de Propostas: A não apresentação das amostras ou a reprovação das mesmas durante a avaliação implicará na desclassificação da proposta do fornecedor.

23.3.3 Apenas os produtos que atenderem integralmente aos padrões técnicos e de qualidade estabelecidos no Edital serão considerados para a contratação, garantindo que a aquisição de materiais para a iluminação pública atenda aos mais altos padrões de eficiência, segurança e sustentabilidade.

24.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24.2- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante do preâmbulo deste edital.

24.3- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.4- A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

24.5- Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente edital e submissão às normas nele contidas.

24.6- O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento da licitante, desde que seja possivel a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

24.7- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.8- A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente ao público na Prefeitura Municipal de PEREIRO-CE.

23.10- É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório;

24.11- A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

24.12- Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como o Decreto Municipal nº 310/2023 de 22 de março de 2023, e demais normativos legais pertinentes à matéria.

24.13- O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado na **Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro - Pereiro/CE - CEP 63460-000,**, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e no sitio da BR CONECTADOS (www.processos.brconectado.com.br) (www.licitacaopereiro.com.br/) ou através do site http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/, Portal das licitações, e o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br)

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
178
Fls
CPL

24.0 - DO FORO

24.1- Fica eleito o foro da Comarca de PEREIRO-CE, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PEREIRO-CE, 22 DE ABRIL DE 2025.

ROBERTO PINHEIRO DE LIMA:05576525370

Assinado digitalmente por ROBERTO PINHEIRO DE LIMA:05576525370
DN: cn=ROBERTO PINHEIRO DE LIMA:05576525370, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=roberto23pinheiro@gmail.com
Data: 2025.04.22 14:46:05 -03'00'

ROBERTO PINHEIRO DE LIMA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro/Ce
179
Fls
C.P.L.

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2025
DATA DE ELABORAÇÃO: 27/03/2025

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE.

1.1 UNIDADES REQUISITANTES: SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.
1.2 Tabela - Mapa contendo os itens, descrição, unidade de medida, valores e quantidades a serem licitadas.

	LOTE 01 - MATERIAL ELÉTRICO DIVERSOS, CONFORME ANEXO I			ESTIMATIVA	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT	VR UNT	VR TOTAL
1	**BASE PARA FOTOCÉLULA** - TIPO: BASE PARA FOTOCÉLULA COM TOMADA DE ENCAIXE CONFORME A ABNT NBR 5123. CLASSIFICAÇÃO: PRODUTO ELÉTRICO, DE USO EXTERNO E DESTINADO À FIXAÇÃO DE FOTOCÉLULAS EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA OU OUTRAS APLICAÇÕES COM FOTOCÉLULAS. MEDIDAS E DIMENSÕES: ALTURA DA BASE: 17 CM; LARGURA: 14 CM; COMPRIMENTO: 6,5 CM; RAIO DE GIRO DA TOMADA GIRATÓRIA: ATÉ 345°; COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: BASE: FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES EXTERNOS E COM PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES; CONTATOS: LATÃO NIQUELADO, GARANTINDO ALTA CONDUTIVIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO; TOMADA GIRATÓRIA: FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE AO DESGASTE MECÂNICO, COM CAPACIDADE DE GIRO DE ATÉ 345°; ISOLAMENTO: BORRACHA OU MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E UMIDADE, PROPORCIONANDO ISOLAMENTO ELÉTRICO ADEQUADO; FIXAÇÃO: SISTEMA DE FIXAÇÃO COM PARAFUSOS E SUPORTES METÁLICOS; COMPATÍVEL COM POSTES E SUPERFÍCIES VERTICAIS. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: ABNT NBR 5123: BASE PARA FOTOCÉLULA COM PADRÃO DE TOMADA DE ENCAIXE; ABNT NBR 5410: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO, COM ÊNFASE NAS RECOMENDAÇÕES PARA SEGURANÇA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES EXTERNAS; IP (INGRESS PROTECTION): CLASSE DE PROTEÇÃO IP44 OU SUPERIOR, ASSEGURANDO RESISTÊNCIA A POEIRA E RESPINGOS DE ÁGUA; RESISTÊNCIA TÉRMICA: A BASE DEVE SER CAPAZ DE OPERAR EM UMA FAIXA DE TEMPERATURA ENTRE -20°C E +60°C. TESTES DE CONFORMIDADE: O PRODUTO DEVERÁ PASSAR POR TESTES DE CONFORMIDADE ELÉTRICA, RESISTÊNCIA MECÂNICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: FIXAÇÃO VERSÁTIL: COMPATÍVEL COM POSTES DE PAREDES VERTICAIS PLANAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO: A BASE DEVERÁ PERMITIR FÁCIL INSTALAÇÃO DA FOTOCÉLULA SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS ESPECÍFICAS, COM SISTEMA DE ENCAIXE SIMPLES PARA A FOTOCÉLULA; CERTIFICAÇÃO: O PRODUTO DEVERÁ TER CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, COMO O SELO DO INMETRO, GARANTINDO QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA E QUALIDADE. DURABILIDADE: A BASE PARA FOTOCÉLULA DEVE TER VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 5 ANOS SOB CONDIÇÕES DE	UNIDADE	600	R$ 12,48	R$ 7.488.00

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls 180
C.P.L.

	OPERAÇÃO NORMAIS; COR: PRETO OU CINZA, COM ACABAMENTO RESISTENTE AOS RAIOS UV, PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO ESTÉTICA E EVITAR DESCOLORAÇÃO COM O TEMPO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPORTANTES: RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES: O PRODUTO DEVE SER RESISTENTE À AÇÃO DO VENTO, CHUVA, E SOL, COM PROTEÇÃO ADICIONAL CONTRA UV; ATENÇÃO À SEGURANÇA ELÉTRICA: OS CONTATOS DE LATÃO DEVEM ESTAR ISOLADOS DE MODO ADEQUADO, EVITANDO QUALQUER RISCO DE CURTO-CIRCUITO OU DESCARGA ELÉTRICA ACIDENTAL.				
2	**BRAÇO METÁLICO GALVANIZADO 1M.** TIPO: BRAÇO METÁLICO GALVANIZADO PARA LUMINÁRIA EXTERNA. CLASSIFICAÇÃO: PRODUTO DE FIXAÇÃO PARA SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. DESENVOLVIDO PARA SUPORTAR LUMINÁRIAS EXTERNAS. MEDIDAS E DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 1 METRO; DIÂMETRO DO TUBO MÍNIMO: 48 MM; PESO: APROXIMADO: 800G. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, TRATADO PARA ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO; FIXAÇÃO: SISTEMA DE FIXAÇÃO POR PARAFUSO; ACABAMENTO: GALVANIZADO A QUENTE, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA FERRUGEM E DETERIORAÇÃO DEVIDO A INTEMPÉRIES. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMA DE GALVANIZAÇÃO: DE ACORDO COM A ABNT NBR ISO 1461 (GALVANIZAÇÃO A QUENTE); RESISTÊNCIA TÉRMICA: AÇO GALVANIZADO COM RESISTÊNCIA A VARIAÇÕES TÉRMICAS TÍPICAS DE INSTALAÇÕES EXTERNAS. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: DEVE PERMITIR FIXAÇÃO EM POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE DIVERSOS DIÂMETROS E TIPOS; DURABILIDADE: PRODUTO COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E DURABILIDADE MÍNIMA DE 10 ANOS EM CONDIÇÕES CLIMÁTICAS EXTREMAS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	**300**	R$ 42,66	R$ 12.798,00
3	**CONECTOR CUNHA TIPO 3.** TIPO: CONECTOR CUNHA TIPO 3 PARA CABOS DE ILUMINAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO: ACESSÓRIO DE CONEXÃO ELÉTRICA, DESTINADO AO USO EM INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA OU SISTEMAS SIMILARES. MEDIDAS E DIMENSÕES: CAPACIDADE DE CABOS: PROJETADO PARA CABOS DE ATÉ 10 MM² (A DEFINIR CONFORME ESPECIFICAÇÃO); MATERIAL: ALUMÍNIO; ACABAMENTO: ANODIZADO PARA GARANTIR RESISTÊNCIA À CORROSÃO. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL DO CONECTOR: ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, GARANTINDO CONDUTIVIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO; MECANISMO DE FIXAÇÃO: SISTEMA DE CUNHA PARA GARANTIR A FIXAÇÃO SEGURA DOS CABOS. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: CONFORME ABNT NBR 6887 PARA CONECTORES ELÉTRICOS; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DO PRODUTO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: PERMITE INSTALAÇÃO RÁPIDA E SEGURA, COM DESIGN QUE FACILITA A CONEXÃO FIRME DOS CABOS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; USO: ADEQUADO PARA USO INTERNO E EXTERNO EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UNIDADE	**500**	R$ 7,04	R$ 3.520,00

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls
C.P.L.

4	**CONECTOR PERFURANTE PEQUENO**. TIPO: CONECTOR PERFURANTE PEQUENO, FABRICADO EM NYLON. CLASSIFICAÇÃO: ACESSÓRIO PARA CONEXÃO DE CABOS DE DIFERENTES DIMENSÕES EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. MEDIDAS E DIMENSÕES: CAPACIDADE DE CABOS PRINCIPAIS: DE 10 MM² A 70 MM², CAPACIDADE DE CABOS DE DERIVAÇÃO: DE 1,5 MM² A 10 MM²; COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, OFERECENDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A IMPACTOS E INTEMPÉRIES; MECANISMO DE FIXAÇÃO: PERFURAÇÃO PRECISA DA ISOLAÇÃO, DISPENSANDO O DESCASCAMENTO PRÉVIO DOS CABOS.. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 9280 PARA CONECTORES DE CABOS; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: RESISTÊNCIA: O MATERIAL É RESISTENTE A VARIAÇÕES TÉRMICAS, INTEMPÉRIES E IMPACTOS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; APLICAÇÃO:: INDICADO PARA INSTALAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS.	UNIDADE	**300**	R$ 19,36	R$ 5.808,00
5	**FOTOCÉLULA NF** - TIPO: FOTOCÉLULA NF (NORMALMENTE FECHADA), COM COMANDO PARA SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO: DISPOSITIVO ELÉTRICO DESTINADO AO CONTROLE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ACIONANDO OU DESLIGANDO LUMINÁRIAS CONFORME A LUMINOSIDADE AMBIENTE. MEDIDAS E DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 17CM; LARGURA: 11,5CM; ALTURA: 7 CM. TENSÃO DE OPERAÇÃO: 220 V. MATERIAL: POLIPROPILENO RESISTENTE A RAIOS UV. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: CAPA: POLIPROPILENO, COM RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES E RAIOS UV; COMANDO:: NORMALMENTE FECHADO (NF), ACIONANDO A LUMINÁRIA QUANDO A LUMINOSIDADE ATINGE UM DETERMINADO NÍVEL; FILTRO DE TEMPO: IMPEDE O ACIONAMENTO INDEVIDO DEVIDO A VARIAÇÕES RÁPIDAS DE LUMINOSIDADE. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS:: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 14498 PARA FOTOCÉLULAS; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES:: RESISTENTE A CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; APLICAÇÃO: IDEAL PARA USO EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E OUTROS SISTEMAS AUTOMATIZADOS.	UNIDADE	**800**	R$ 27,10	R$ 21.680,00
6	**LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA** -TIPO: LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA, MODELO LPB-300. CLASSIFICAÇÃO: LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM MODELO DE TIPO ABERTO PARA APLICAÇÃO EM POSTES. MEDIDAS E DIMENSÕES: MODELO: LPB-300: MATERIAL: ALUMÍNIO ESTAMPADO; BASE: E27, COMPATÍVEL COM LÂMPADAS LED; DIMENSÕES APROXIMADAS: 400 MM (LARGURA) X 250 MM (ALTURA) X 150 MM (PROFUNDIDADE).. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: CORPO: ALUMÍNIO ESTAMPADO, TRATADO PARA RESISTÊNCIA À CORROSÃO; BASE DE LÂMPADA: E27, EM MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: NBR 5410 E NBR IEC 60598 PARA LUMINÁRIAS PÚBLICAS. CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO A CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: DESIGN ABERTO PARA OTIMIZAR A DISSIPAÇÃO DE CALOR; GARANTIA: GARANTIA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; APLICAÇÃO: IDEAL PARA POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UNIDADE	**400**	R$ 60,90	R$ 24.360,00

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
182
Fls
C.P.L.

7	**PARAFUSO 5/8 30CM** - TIPO: PARAFUSO COM PORCA. FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO, COM CABEÇA SEXTAVADA. CLASSIFICAÇÃO: PARAFUSO DE FIXAÇÃO. IDEAL PARA APLICAÇÕES EXTERNAS E COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO. MEDIDAS E DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 30 CM; DIÂMETRO: 5/8 POLEGADAS; TIPO DE CABEÇA: SEXTAVADA; MATERIAL: AÇO GALVANIZADO. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: AÇO GALVANIZADO PARA RESISTÊNCIA SUPERIOR À CORROSÃO; CABEÇA: SEXTAVADA, FACILITANDO A APLICAÇÃO DE CHAVE. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 5588 PARA PARAFUSOS DE USO ESTRUTURAL; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO A QUALIDADE DO AÇO UTILIZADO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: USADO EM DIVERSOS TIPOS DE INSTALAÇÕES, COMO FIXAÇÃO EM POSTES E ESTRUTURAS METÁLICAS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	**400**	R$ 22,33	R$ 8.932,00
8	**PARAFSO 5/8 35CM** - TIPO: PARAFUSO COM PORCA, FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO, COM CABEÇA SEXTAVADA. CLASSIFICAÇÃO: PARAFUSO DE FIXAÇÃO, IDEAL PARA APLICAÇÕES EXTERNAS E COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO. MEDIDAS E DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 35 CM; DIÂMETRO: 5/8 POLEGADAS; TIPO DE CABEÇA: SEXTAVADA, MATERIAL: AÇO GALVANIZADO. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, GARANTINDO RESISTÊNCIA À CORROSÃO E DURABILIDADE; CABEÇA: SEXTAVADA, PARA USO COM CHAVE DE BOCA OU CHAVE INGLESA. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 5588; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: APLICAÇÃO, USADO PARA FIXAÇÃO EM ESTRUTURAS METÁLICAS E POSTES; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	**400**	R$ 24,27	R$ 9.708,00
9	**SOQUETE PARA LÂMPADA DE LED** - TIPO: SOQUETE PARA LÂMPADA DE LED, COM ROSCA E27. CLASSIFICAÇÃO: ACESSÓRIO PARA INSTALAÇÃO DE LÂMPADAS LED, ADEQUADO PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. MEDIDAS E DIMENSÕES: TIPO DE ROSCA: E27; DIMENSÕES: 4 CM DE LARGURA X 4 CM DE ALTURA; TENSÃO MÁXIMA: 250 V. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: PORCELANA DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; TERMINAIS: CONEXÕES ROBUSTAS PARA FÁCIL INSTALAÇÃO. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 60884-1 PARA SOQUETES; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO CE E ROHS, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: IDEAL PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS (PROTEGIDO DE INTEMPÉRIES); GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	**800**	R$ 8,35	R$ 6.680,00
	VALOR TOTAL				**R$ 100.974,00**
	LOTE 02 - MATERIAL ELÉTRICO DIVERSOS - CABO E FITA CONFORME ANEXO I				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**VR UNT**	**VR TOTAL**

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
183
FLS
C.P.L.

1	**CABO 2,5MM² AZUL 750V** - TIPO: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL COM ISOLAMENTO EM PVC ANTI-CHAMA. CLASSIFICAÇÃO: CABO ELÉTRICO DE USO GERAL, INDICADO PARA INSTALAÇÕES DE SISTEMAS ELÉTRICOS MEDIDAS E DIMENSÕES: SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM²; COMPRIMENTO DA PEÇA: 100 METROS; TENSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 750 V; COR DO ISOLAMENTO: AZUL COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: CONDUTOR: COBRE DE ALTA CONDUTIVIDADE; ISOLAMENTO: PVC ANTI-CHAMA, COM CLASSE BWF (REDUÇÃO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); COBERTURA EXTERNA: PVC ANTI-CHAMA, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO ADICIONAL CONTRA CALOR E DANOS MECÂNICOS. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 7280 E ABNT NBR 14039; CERTIFICAÇÃO: PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E/OU PROCEL, GARANTINDO A CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; CLASSE DE ISOLAÇÃO: CLASSE 5 (FLEXÍVEL). INFORMAÇÕES ADICIONAIS: RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES: O CABO É RESISTENTE A UMIDADE, ÓLEOS, GRAXAS E OUTROS AGENTES AGRESSIVOS TÍPICOS DE AMBIENTES EXTERNOS; INSTALAÇÃO: INDICADO PARA INSTALAÇÕES INTERNAS OU EXTERNAS, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PEÇA	6	R$ 254,58	R$ 1.527,48
2	**CABO PP2X1,5MMMONOFÁSICO** - TIPO: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TIPO PP, PARA USO EM INSTALAÇÕES MONOFÁSICAS. CLASSIFICAÇÃO: CABO FLEXÍVEL DE USO GERAL PARA SISTEMAS ELÉTRICOS, EM INSTALAÇÕES MONOFÁSICAS. MEDIDAS E DIMENSÕES: SEÇÃO NOMINAL DOS CONDUTORES: 1,5 MM²; COMPRIMENTO DA PEÇA: 100 METROS; TENSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO 750V COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: CONDUTOR: COBRE DE ALTA CONDUTIVIDADE; ISOLAMENTO: PVC ANTI-CHAMA, COM CLASSE BWF; COBERTURA EXTERNA: PVC FLEXÍVEL E RESISTENTE, ADEQUADO PARA APLICAÇÕES EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 7280. CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO E/OU PROCEL, GARANTINDO A CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; CLASSE DE ISOLAÇÃO: CLASSE 5 (FLEXÍVEL). INFORMAÇÕES ADICIONAIS: RESISTÊNCIA: RESISTENTE A UMIDADE, INTEMPÉRIES E ABRASÃO. INSTALAÇÃO: ADEQUADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS OU EXTERNAS, COM USO EM CIRCUITOS MONOFÁSICOS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PEÇA	5	R$ 402,20	R$ 2.011,00
3	**FITA ISOLANTE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA** - TIPO: FITA ISOLANTE CLASSE A PARA USO EM INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. CLASSIFICAÇÃO: PRODUTO DESTINADO A ISOLAR CONEXÕES ELÉTRICAS E GARANTIR A PROTEÇÃO DE CABOS E COMPONENTES EM INSTALAÇÕES EXTERNAS. MEDIDAS E DIMENSÕES: LARGURA: 19 MM, COMPRIMENTO: 20 METROS; TEMPERATURA MÍNIMA SUPORTADA: 105°C. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PROPRIEDADES ANTICHAMAS; ACABAMENTO: SUPERFÍCIE ADERENTE E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS E DESGASTE. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 6523 PARA FITAS ISOLANTES; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO QUALIDADE E SEGURANÇA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: RESISTÊNCIA. RESISTÊNCIA À UMIDADE, PRODUTOS QUÍMICOS E DESGASTE: INSTALAÇÃO: IDEAL PARA USO EM AMBIENTES EXTERNOS, COMO INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS ELÉTRICOS EM ÁREAS INDUSTRIAIS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UNIDADE	150	R$ 23,45	R$ 3.517,50

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
154
FLS
C.P.L.

	CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
	VALOR TOTAL				**R$ 7.055,98**
	LOTE 03 - MATERIAL ELÉTRICO DIVERSOS - LÂMPADAS, LUMINÁRIAS, CONFORME ANEXO I				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**VR UNT**	**VR TOTAL**
1	**LÂMPADA LED 50W** - TIPO: LÂMPADA LED DE 50W, PARA USO EM AMBIENTES EXTERNOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA. CLASSIFICAÇÃO: FONTE DE LUZ LED COM ALTA EFICIÊNCIA LUMINOSA E DURABILIDADE, DESTINADA À ILUMINAÇÃO PÚBLICA E AMBIENTES EXTERNOS. MEDIDAS E DIMENSÕES: POTÊNCIA: 50 W, TENSÃO DE OPERAÇÃO: 127-220 V; FLUXO LUMINOSO: 7000 LM; EFICIÊNCIA LUMINOSA: 100 LM/W; TEMPERATURA DE COR: 6500 K (BRANCO FRIO); BASE: E27; DIMENSÕES APROXIMADAS: 100 MM (DIÂMETRO) X 150 MM (ALTURA). COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: TECNOLOGIA DE ILUMINAÇÃO: LED SMD DE ALTO RENDIMENTO; CORPO: MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE À UV, COM DISSIPAÇÃO TÉRMICA EFICIENTE; BASE: E27, FEITA DE MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO E ALTAS TEMPERATURAS. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR 15323 E NBR IEC 60598 PARA LÂMPADAS DE USO PÚBLICO; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: DURABILIDADE: VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 25.000 HORAS; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; APLICAÇÃO: IDEAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARQUES, ESTACIONAMENTOS E OUTRAS ÁREAS EXTERNAS.	UNIDADE	**1000**	R$ 41,12	R$ 41.120,00
2	**LED DRIVER** - TIPO: LED DRIVER PARA LÂMPADAS. CLASSIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE LÂMPADAS LED, ADEQUADO PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. MEDIDAS E DIMENSÕES: DIMENSÕES: 3,3 CM DE LARGURA X 2,7 CM DE ALTURA X 8,3 CM DE COMPRIMENTO. POTÊNCIA: 50 W AVALIAÇÃO IMPERMEÁVEL: IP65 TENSÃO DE ENTRADA: AC 85-260V. TENSÃO DE SAÍDA:DC 24-42V. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: MATERIAL: ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR 15323 E NBR IEC 60598 PARA LÂMPADAS DE USO PÚBLICO; INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INSTALAÇÃO: IDEAL PARA AMBIENTES INTERNOS DAS LÂMPADAS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	**150**	R$ 30,30	R$ 4.545,00
3	**LIMINÁRIA DE LED 150W** - TIPO: LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM POTÊNCIA DE 150W. CLASSIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO PARA ILUMINAÇÃO EXTERNA, DESENVOLVIDO PARA SUPORTAR AMBIENTES ADVERSOS COM ALTA RESISTÊNCIA. MEDIDAS E DIMENSÕES: POTÊNCIA: 150 W; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 127-220 V; FLUXO LUMINOSO: 100 LÚMENS POR WATTS (MÍNIMO); ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP67/68. RESISTÊNCIA TOTAL À POEIRA E PROTEÇÃO CONTRA IMERSÃO TEMPORÁRIA EM ÁGUA; DIMENSÕES APROXIMADAS: 500 MM X 300 MM X 150 MM. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: CORPO: ALUMÍNIO FUNDIDO, COM ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA; LENTES: POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM EXCELENTE TRANSMISSÃO DE LUZ, DISSIPAÇÃO DE CALOR: SISTEMA DE DISSIPAÇÃO DE CALOR EFICIENTE PARA GARANTIR ALTA PERFORMANCE. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: NORMAS APLICÁVEIS: ABNT NBR 5410 E NBR IEC 60598; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICAÇÃO INMETRO, ASSEGURANDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DO PRODUTO;	UNIDADE	**200**	R$ 279,65	R$ 55.930,00

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
185
Fls
C.P.L.

	CLASSE DE PROTEÇÃO: IP67/68, ADEQUADO PARA AMBIENTES EXTERNOS SEVEROS. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: DURABILIDADE: VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS; INSTALAÇÃO: COMPATÍVEL COM DIVERSOS TIPOS DE POSTES E SUPORTES PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO				
	VALOR TOTAL				**R$ 101.595,00**
	LOTE 04 - MATERIAL ELÉTRICO -LÂMPADA SOLAR LED COM PAINEL SOLAR INTEGRADO, PARA USO EXTERNO, CONFORME ANEXO I				
	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	**UNIDADE**	**QUANT**	**VR UNT**	**VR TOTAL**
1	**PAINEL SOLAR 150W** - TIPO: LÂMPADA SOLAR LED COM PAINEL SOLAR INTEGRADO, PARA USO EXTERNO. CLASSIFICAÇÃO: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO SOLAR PARA AMBIENTES EXTERNOS, ESPECIALMENTE EM ÁREAS PÚBLICAS E GRANDES ESPAÇOS. MEDIDAS E DIMENSÕES: POTÊNCIA DO PAINEL SOLAR: 150 W; DIMENSÕES DO PAINEL: 1538 MM X 610 MM X 140 MM; ALTURA DE INSTALAÇÃO RECOMENDADA: APROXIMADAMENTE 8-10 METROS; BATERIA: 921 WH (12,8 V / 25,6 V) LIFEPO4 (LÍTIO); TEMPO DE CARREGAMENTO: MÁXIMO DE 7 HORAS; TEMPO DE ILUMINAÇÃO: MÍNIMO DE 12 HORAS, PODENDO DURAR ATÉ 5 DIAS EM CONDIÇÕES DE POUCA LUZ. COMPOSIÇÃO E MATERIAIS: PAINEL SOLAR: SILÍCIO MONOCRISTALINO 18 V / 150 W, COM EFICIÊNCIA DE CONVERSÃO ELEVADA; FONTE DE LUZ: LED SMD 3030 DE ALTO LÚMEN (180-200 LM/W); MATERIAL DA LENTE: LIGA DE ALUMÍNIO + POLICARBONATO (PC), RESISTENTE E DURÁVEL. REGULAMENTAÇÃO E NORMAS: CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO QUE O PRODUTO ATENDA AS NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE; NORMAS APLICÁVEIS: NBR IEC 61215 PARA MÓDULOS FOTOVOLTAICOS E NBR 14039 PARA SISTEMAS FOTOVOLTAICOS; INFORMAÇÕES ADICIONAIS: MODO DE OPERAÇÃO: SENSOR DE LUZ LIGA/DESLIGA AUTOMATICAMENTE, COM TEMPORIZAÇÃO E ESCURECIMENTO PROGRESSIVO; INSTALAÇÃO: IDEAL PARA ÁREAS PÚBLICAS, COM MONTAGEM EM POSTES DE 76 MM; GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	200	R$ 1.973,50	R$ 394.700,00
	VALOR TOTAL				**R$ 394.700,00**
	VALOR GLOBAL				**R$ 604.324,98**

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como "comuns", conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 **Justificativa para o parcelamento ou não da solução:** Na nova Lei de Licitações, a modalidade de licitação por lotes também é uma alternativa viável para a **aquisição de produtos**, permitindo que diferentes itens sejam agrupados, facilitando a gestão e a execução do contrato. Nessa modalidade, os produtos a serem adquiridos são divididos em lotes, e os licitantes podem concorrer para fornecer todos os lotes ou apenas parte deles, desde que seja vantajoso para a administração pública.

A importância da licitação por lotes na aquisição de produtos está na possibilidade de contratar itens variados de forma conjunta, permitindo que diferentes fornecedores sejam

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
186
Fls
C.P.L.

selecionados para atender às necessidades especificas de cada lote. Isso pode gerar economia de escala, otimizar a gestão dos contratos e facilitar o processo de compra.
Essa modalidade proporciona maior flexibilidade à administração, permitindo que a escolha dos fornecedores seja feita com base nas especializações e particularidades de cada tipo de produto, o que contribui para a obtenção de produtos de qualidade, ao mesmo tempo em que se busca a melhor relação custo-beneficio. Além disso, a gestão dos contratos é simplificada, uma vez que demandas afins são agrupadas em lotes.
Portanto, a licitação por lotes se revela uma ferramenta eficaz para a administração pública na aquisição de produtos variados, pois otimiza a utilização dos recursos públicos e assegura a eficiência na execução do processo de compras. Diante disso, considerando que o objeto da contratação envolve itens semelhantes e passíveis de agrupamento, optou-se pela realização de licitação por lotes ou grupos.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência (TR).
2.1 **Justificativa da contratação:** A manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública no município são ações fundamentais para assegurar a segurança e a qualidade de vida da população, especialmente durante o período noturno. A iluminação adequada de ruas, avenidas e espaços públicos contribui significativamente para a redução da sensação de insegurança e para a inibição da criminalidade. Além disso, um sistema de iluminação eficiente melhora a visibilidade nas vias, facilitando o trânsito de pedestres e motoristas e reduzindo o risco de acidentes. Ambientes bem iluminados também incentivam o uso dos espaços públicos de forma segura e confortável, promovendo atividades de lazer, esportes e socialização. A modernização do sistema de iluminação, por meio da substituição de lâmpadas tradicionais por tecnologias mais eficientes, como as lâmpadas LED, oferece inúmeros benefícios econômicos e ambientais. As lâmpadas LED apresentam menor consumo de energia e maior durabilidade, o que resulta em uma redução significativa dos custos operacionais relacionados à manutenção e ao consumo de energia elétrica. Essa atualização tecnológica contribui para a sustentabilidade do município e gera economia para os cofres públicos, permitindo a destinação de recursos a outras áreas essenciais da administração municipal. A expansão do sistema de iluminação pública também é indispensável para atender às novas áreas urbanas e regiões em processo de crescimento. À medida que a cidade se expande, é imperativo garantir que todas as localidades, incluindo os bairros periféricos e as áreas em urbanização, sejam devidamente iluminadas. A inclusão dessas regiões no sistema de iluminação pública auxilia na redução das desigualdades sociais, promovendo uma urbanização mais justa e acessível. Portanto, a manutenção, modernização e ampliação do sistema de iluminação pública configuram investimentos estratégicos que não apenas fortalecem a segurança e o conforto da população, mas também fomentam o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o bem-estar geral da cidade.
2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, conforme consta das informações básicas desse TR.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: A solução mais apropriada ao atendimento da necessidade é a aquisição do objeto via processo licitatório, conforme os requisitos mínimos especificados neste TR. Isto permitirá a aquisição das quantidades planejadas, de forma parcelada, evitando novas licitações em curto espaço de tempo e, consequentemente, retrabalho. Também poderá beneficiar o planejamento financeiro da instituição diante da possibilidade de estender os contratos.
3.1 Os fornecimentos serão executados conforme discriminado a seguir:

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
187
Fls
C.P.L.

a) As contratadas deverão fornecer, diretamente, o objeto deste estudo, após a formalização do contrato, fornecendo de maneira adequada, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas pela Secretaria.
b) As contratadas deverão prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações decorrentes da constatação.
c) Os fornecimentos serão efetuados de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria contratante.
d) Os fornecimentos deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, em local designado pela Secretaria contratante.
e) A contratação será por 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
f) É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.
3.2 Da Obrigatoriedade de Amostras: Com o intuito de garantir a qualidade, a conformidade técnica e a sustentabilidade dos materiais e produtos a serem fornecidos para a iluminação pública, é obrigatório que todos os fornecedores apresentem amostras dos itens ofertados. As amostras servirão para assegurar que os produtos atendem às especificações e exigências estabelecidas no edital, incluindo aspectos técnicos, ambientais e de segurança.
3.2.1 Apresentação das Amostras: As amostras deverão ser entregues no ato da habilitação ou conforme especificado no Edital, em quantidade suficiente para avaliação pela comissão responsável. Cada amostra deve estar devidamente identificada com o nome do produto, a marca, o lote de fabricação e a data de validade. Além disso, as amostras deverão ser acompanhadas de informações que comprovem a conformidade com as normas aplicáveis.
3.2.2 Avaliação das Amostras: As amostras serão submetidas a testes de qualidade, eficácia e conformidade legal, realizados por uma comissão designada pela Secretaria de Obras e Urbanismo, que contará, no mínimo, um engenheiro elétrico e dois responsáveis técnicos. Esta comissão avaliará se os produtos atendem aos seguintes critérios:
a) **Qualidade**: Garantia de que os materiais são de alta qualidade, duráveis e adequados para uso em sistemas de iluminação pública.
b) **Desempenho**: Eficiência energética dos produtos, especialmente das lâmpadas e sistemas de controle de iluminação.
c) **Durabilidade e resistência dos materiais**: Testes que comprovem a resistência dos produtos às condições climáticas adversas, como chuvas, ventos e altas temperaturas.
d) **Segurança**: Comprovação da segurança dos materiais para a instalação e operação, incluindo ausência de substâncias tóxicas ou perigosas (como mercúrio em lâmpadas) e conformidade com as normas de segurança elétrica.
e) **Ergonomia e facilidade de instalação**: Avaliação da facilidade de manuseio, instalação e manutenção dos materiais, quando aplicável.
f) **Composição e segurança dos materiais**: Garantia de que os materiais não contenham substâncias perigosas que possam impactar negativamente o meio ambiente ou a saúde pública.
g) **Adequação ao uso pretendido e funcionalidade**: Verificação da compatibilidade dos materiais com as necessidades de iluminação pública, garantindo que atendam aos critérios de eficiência e segurança.
h) **Embalagem e acondicionamento adequado**: As amostras devem ser embaladas de forma adequada para garantir a integridade do produto até a avaliação, com atenção a métodos de embalagem sustentáveis, quando possível.
i) **Conformidade com as especificações técnicas**: Confirmação de que os produtos atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Edital, incluindo desempenho e critérios ambientais.
3.2.3 Portanto, as amostras serão submetidas aos testes descritos no ponto 3.2.2, em até 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação pela contratante, no horário estabelecido entre 08h:00min às 12h:00min e de 13h:00min às 17h:00min, no Centro Administrativo José

Estevam da Silva, no Setor de Compras, bloco B, na rua Marta Silveira Maciel, Nº 04, Centro, Pereiro/CE.

3.2.4 Rejeição de Propostas: A não apresentação das amostras ou a reprovação das mesmas durante a avaliação implicará na desclassificação da proposta do fornecedor. Apenas os produtos que atenderem integralmente aos padrões técnicos e de qualidade estabelecidos no Edital serão considerados para a contratação, garantindo que a aquisição de materiais para a iluminação pública atenda aos mais altos padrões de eficiência, segurança e sustentabilidade.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Os itens desta contratação deverão ser entregues pelos fornecedores conforme as especificações do edital, cabendo a eles a responsabilidade por todas as providências e obrigações previstas na legislação aplicável, especialmente no que tange à qualidade e às características dos produtos fornecidos. Os materiais devem ser produzidos em conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo boa qualidade e aceitação no mercado. Os produtos devem ser resistentes e atender rigorosamente às especificações de cada item.

4.1 De maneira específica, para a aquisição do objeto deste TR, alguns requisitos mínimos devem ser atendidos:

a) As contratadas deverão entregar o objeto no prazo, em remessa parcelada, dentro da padronização seguida pelos órgãos e conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e requisitos de desempenho, quando da solicitação da contratante, conforme estabelecido em Ordem de Compras, nos endereços especificados no instrumento convocatório.

b) As contratadas deverão fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

c) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, tais como fretes, impostos, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens e deverão ser apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo município.

d) A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada (de forma manual, digital ou eletrônica) e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento.

e) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, dimensões, composições, tipo, fabricante, procedência e demais referências vinculam a contratada.

f) Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que não poderá implicar em aumento de custos desnecessários ou mesmo causar restrição a competitividade.

g) As contratadas deverão declarar que atendem aos requisitos de habilitação, e os declarantes responderão pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

h) Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

i) Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

j) As empresas deverão atender a regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais.

k) As contratadas deverão, quando for o caso, apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e regulamentos, com os

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
189
Fls
C.P.L.

respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política de Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Leis Estaduais e Leis Municipais, quando for o caso, no que couber.

l) As contratadas deverão obedecer às Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam a respeito dos itens que compõem o objeto desta contratação.

m) Cabe também considerar que, no fornecimento do objeto, deve recair em solução que ofereça desempenho profissional e baixo consumo de energia.

n) As contratadas deverão obedecer às regras estabelecidas no Edital de Licitação, Termo de Referência, Contrato e Proposta, bem como os seus respectivos documentos complementares, conforme o caso.

5 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS: Em atendimento à Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 e considerando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitações promovidos pela Administração Pública, buscou-se atribuir requisitos técnicos que atendam às exigências ambientais atuais, bem como o alcance de alternativas que apresentem um nível de qualidade aceitável.

A contratação para a aquisição de materiais elétricos destinados à iluminação pública no município de Pereiro/CE pode gerar uma série de impactos ambientais negativos, desde a extração das matérias-primas até o descarte final dos componentes. A fabricação dos materiais necessários, como cabos, lâmpadas e transformadores, exige a extração de recursos naturais como cobre, alumínio, aço, plásticos e vidro. Esse processo de extração pode resultar em sérios danos ambientais, como desmatamento, degradação do solo e poluição dos corpos d'água. A mineração, por exemplo, pode destruir habitats naturais, afetando a fauna e a flora local, além de provocar a emissão de gases de efeito estufa. A extração de petróleo e gás para a produção de plásticos também contribui para a poluição do ar e do solo, além de intensificar as mudanças climáticas.

O processo de fabricação dos materiais elétricos também não é isento de impactos. Durante a produção, há a emissão de poluentes atmosféricos, como dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas em suspensão, além de gases de efeito estufa. A utilização de energia elétrica proveniente de fontes não renováveis nesse processo agrava ainda mais a pegada de carbono associada à fabricação dos materiais. O transporte dos produtos desde a fábrica até o município de Pereiro, utilizando veículos movidos a combustíveis fósseis, também contribui para a emissão de gases poluentes, agravando o impacto ambiental da operação.

Quando os materiais são finalmente instalados e colocados em uso na iluminação pública, o consumo de energia elétrica para alimentar as lâmpadas e outros dispositivos continua a gerar impactos ambientais. Dependendo da fonte de energia utilizada, pode haver emissões de gases poluentes. Além disso, se forem utilizadas lâmpadas de sódio ou mercúrio, por exemplo, o risco de contaminação ambiental aumenta, já que essas lâmpadas contêm substâncias tóxicas, como o mercúrio, que podem vazar e contaminar o solo e a água, representando riscos tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana. O uso contínuo de energia para a iluminação pública, se não for realizado de maneira eficiente, também pode resultar em desperdício de recursos naturais e em maior demanda por fontes de energia que impactam negativamente o clima.

Por fim, o descarte inadequado dos materiais no fim de sua vida útil gera impactos ambientais consideráveis. Lâmpadas queimadas e cabos podem ser descartados de maneira inadequada, contaminando o solo e a água, principalmente quando se tratam de lâmpadas contendo mercúrio. O descarte de componentes em aterros sanitários, sem a devida reciclagem, agrava ainda mais a situação, pois esses materiais podem levar anos para se

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
190
Fls
C.P.L.

decompor e liberar substâncias poluentes no meio ambiente. A falta de uma gestão eficiente dos resíduos da iluminação pública contribui para a crescente quantidade de lixo eletrônico e outros resíduos tóxicos, aumentando os danos ao ecossistema local e à saúde pública.

Dessa forma, a aquisição de materiais elétricos para a iluminação pública, embora seja uma necessidade para o desenvolvimento urbano e o bem-estar da população, impõe desafios significativos em termos de impactos ambientais. Desde a extração das matérias-primas até o descarte final, o ciclo de vida desses materiais pode afetar o meio ambiente de diversas maneiras. Para mitigar esses impactos, é essencial que o município adote práticas mais sustentáveis, como a escolha de materiais com menor impacto ambiental, o uso de tecnologias eficientes em termos de energia e a implementação de sistemas de reciclagem e descarte adequado dos componentes no fim de sua vida útil.

A contratada, como responsável pelo fornecimento dos materiais elétricos, deve adotar práticas de produção (quando fabricante) e transporte mais sustentáveis. Na fabricação dos componentes, é essencial que a contratada busque utilizar tecnologias e processos industriais mais limpos, que reduzam as emissões de poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio, dióxido de enxofre e partículas em suspensão. Para isso, a empresa fornecedora pode investir em fontes de energia renováveis em suas instalações, como solar ou eólica, e também no aprimoramento da eficiência energética dos processos produtivos. Outra medida importante é a utilização de matérias-primas recicladas ou provenientes de fontes responsáveis, minimizando os impactos da extração mineral e dos combustíveis fósseis.

Além disso, a contratada, quando fabricante, deve garantir que os materiais fabricados, como cabos, lâmpadas e outros, sejam projetados para facilitar a reciclagem e o descarte adequado no fim de sua vida útil. Para as lâmpadas, por exemplo, deve ser priorizada a utilização de modelos mais eficientes, como as de LED, que consomem menos energia e possuem uma vida útil mais longa, reduzindo a necessidade de substituições frequentes. Quando o uso de lâmpadas de sódio ou mercúrio for inevitável, a contratada deve assegurar que elas sejam produzidas de maneira a minimizar o risco de vazamento de substâncias tóxicas e que exista um plano de recolhimento e reciclagem adequados ao final de sua vida útil.

O transporte dos materiais deve também ser realizado de forma eficiente, utilizando veículos que possuam baixas emissões de carbono, quando possível, além de estabelecer a otimização da rota, contribuindo para a redução da pegada de carbono da operação.

Por sua vez, a contratante, no caso, a Secretaria de Obras e Urbanismo do município de Pereiro/CE, tem a responsabilidade de estabelecer diretrizes claras em relação ao cumprimento das normas ambientais durante todo o processo de aquisição e utilização dos materiais. A contratante deve estabelecer critérios rigorosos para o transporte e descarte dos materiais, incentivando a utilização de veículos de baixo impacto ambiental e promovendo o uso de tecnologias de iluminação pública que favoreçam a eficiência energética.

Outro papel importante da contratante é o desenvolvimento de um plano de gestão de resíduos que contemple o recolhimento e a destinação adequada dos materiais elétricos descartados, como lâmpadas queimadas, postes danificados e outros componentes da iluminação pública. A contratante deve promover campanhas de conscientização com a população e os responsáveis pela ampliação e manutenção do sistema de iluminação, incentivando o correto descarte e a participação em programas de reciclagem.

A longo prazo, a contratante também pode adotar medidas para reduzir o consumo de energia elétrica, como a implementação de sistemas de iluminação pública inteligente, que ajustem automaticamente a intensidade das lâmpadas conforme a necessidade, com base em sensores de movimento ou em horários de menor tráfego. Essas tecnologias ajudam a reduzir o desperdício de energia e, consequentemente, o impacto ambiental associado à geração de energia.

Por fim, tanto a contratada quanto a contratante devem atuar em conjunto para garantir que o ciclo de vida dos materiais adquiridos seja o mais sustentável possível, desde a produção até o descarte. A contratada deve fornecer produtos com menor impacto ambiental, enquanto a

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
191
Fls
C.P.L

contratante deve adotar políticas públicas que incentivem o uso responsável e a gestão adequada dos resíduos gerados pela iluminação pública. Dessa forma, é possível reduzir significativamente os impactos ambientais negativos da contratação e promover um desenvolvimento mais sustentável para o município de Pereiro/CE.

5.1 Requisitos ambientais que devem ser seguidos para que a contratação do objeto ocorra:

5.1.1 Responsabilidade da contratada (fornecedora dos materiais):

5.1.1.1 Uso de materiais de fontes responsáveis.

a) A contratada, quando fabricante, deverá priorizar a utilização de materiais provenientes de fontes responsáveis, com certificações que garantam a origem sustentável das matérias-primas, como metais e plásticos, reduzindo os impactos negativos da extração mineral e do uso de combustíveis fósseis.

5.1.1.2 Processos de fabricação sustentáveis.

a) A contratada, quando fabricante, deverá empregar tecnologias de fabricação que minimizem a emissão de poluentes atmosféricos, como dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas em suspensão, além de buscar melhorar a eficiência energética no processo produtivo, utilizando fontes renováveis de energia, como solar ou eólica, sempre que possível.

5.1.1.3 Uso de lâmpadas eficientes e de baixo impacto.

a) A contratada deverá garantir que as lâmpadas fornecidas sejam de LED, que possuem uma vida útil mais longa e consomem menos energia.

5.1.1.4 Transporte com baixas emissões de carbono.

a) A contratada deverá realizar o transporte dos materiais com veículos que possuam baixas emissões de carbono, quando possível, e adotar estratégias para otimizar as rotas de entrega, com o objetivo de minimizar a pegada de carbono do transporte.

5.1.2 Responsabilidade da contratante (Secretaria de Obras e Urbanismo do município de Pereiro/CE):

5.1.2.1 Desenvolvimento de um plano de gestão de resíduos.

a) A médio prazo, a contratante deverá elaborar e implementar um plano de gestão de resíduos para os materiais descartados da iluminação pública, como lâmpadas queimadas, cabos e outros, garantindo que esses materiais sejam corretamente recolhidos e encaminhados para reciclagem ou disposição final adequada.

5.1.2.2 Promoção de campanhas de conscientização.

a) A contratante deverá promover campanhas de conscientização com a população local e os responsáveis pela manutenção da iluminação pública, incentivando o descarte correto dos materiais e a participação ativa em programas de reciclagem.

5.1.2.3 Implementação de sistemas de iluminação pública inteligente.

a) A longo prazo, contratante deverá investir na implementação de sistemas de iluminação pública inteligente, que ajustem automaticamente a intensidade das lâmpadas conforme a necessidade (sensores de movimento ou horários de menor tráfego), visando reduzir o desperdício de energia e a demanda por fontes de geração de eletricidade.

5.1.2.4 Responsabilidade compartilhada.

a) A contratada e a contratante devem trabalhar de forma colaborativa para garantir que os materiais adquiridos e instalados sigam as melhores práticas de sustentabilidade durante seu ciclo de vida. Isso inclui a manutenção dos materiais de forma a maximizar sua durabilidade e eficiência energética, bem como o planejamento para seu descarte adequado no final de sua vida útil.

5.2 Para os diversos objetos de contratação, podem ser estabelecidos **critérios de sustentabilidade em conformidade com as legislações e normas municipais, estaduais e federais aplicáveis**. A seguir, apresentam-se as principais leis e normas relacionadas ao objeto a ser licitado, para consulta e referência técnica, ressaltando-se que as atualizações futuras dessas leis e normas também deverão ser observadas ao longo da execução do contrato.

a) **Código de Mineração (Decreto – Lei nº 227/1967) e suas atualizações:** Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).
b) **Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA – Lei nº 6.938/1981):** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
c) **Capítulo da Constituição Federal (CF) sobre o meio ambiente (Artigo 225/1988):** Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.
d) **Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH – 9.433/1997):** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
e) **Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998):** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; estabelece penas e medidas administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente, como por exemplo o descarte irregular de resíduos.
f) **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA – Lei nº 9.795/1999):** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
g) **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010):** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências; estabelece diretrizes para a coleta, o tratamento e a disposição final adequada dos resíduos sólidos.
h) **Resolução CONAMA nº 430/2011:** Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
i) **Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012):** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
j) **Normativas de Licitações Sustentáveis:** Alguns órgãos públicos adotam normativas específicas para licitações que incentivam a contratação sustentável.
k) **ISO 9001:** Define os requisitos para um sistema de gestão da qualidade, garantindo que as organizações sejam capazes de fornecer, de forma consistente, produtos e serviços que atendam aos requisitos do cliente e às normativas aplicáveis. A adoção desta norma contribui para a melhoria continua dos processos e a excelência operacional, alinhando-se aos demais critérios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental estabelecidos.
l) **Norma ABNT NBR ISO 14.001:** Define requisitos para um sistema de gestão ambiental nas organizações, promovendo ações para redução de impactos ambientais.
m) **Outras Importantes Normas Técnicas da ABNT:** Existem diversas normas técnicas relacionadas aos variados objetos de licitação que abordam aspectos ambientais, como a destinação de resíduos, o uso de materiais recicláveis e a eficiência energética.

- As principais Normas Técnicas da ABNT relacionadas a licitações com foco em sustentabilidade ambiental abrangem diretrizes para destinação de resíduos, uso de materiais recicláveis, eficiência energética e práticas sustentáveis em produtos e serviços. A ABNT NBR 10004, por exemplo, classifica resíduos sólidos quanto à sua periculosidade, servindo de base para a correta segregação e destinação, conforme orientado também pela ABNT NBR 10.004, que detalha o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada. Em relação à eficiência energética, a ABNT NBR ISO 50.001 estabelece requisitos para a implementação de Sistemas de Gestão de Energia, possibilitando que empresas e instituições públicas reduzam o consumo de

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
193
Fls
C.P.L.

energia e minimizem emissões de gases de efeito estufa. No contexto de aquisições e contratações públicas, a adoção dessas normas técnicas fortalece a garantia de que os produtos e serviços contratados atendem a critérios de sustentabilidade, assegurando que o processo licitatório contribua efetivamente para a proteção ambiental e para o desenvolvimento de uma economia circular.

n) **Normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):** As normas da ANP abrangem diversos objetos de licitação, como combustíveis líquidos, gás de cozinha (GLP), lubrificantes e biocombustíveis, garantindo qualidade, segurança, sustentabilidade e controle de procedência e fiscalização para garantir transparência e conformidade legal em todas essas aquisições.

6 - SUBCONTRATAÇÃO: É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

7 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONDIÇÕES DE ENTREGA:

8.1 O objeto, desta licitação. Aquisição de materiais elétricos destinados a iluminação pública, deverá atender a Secretaria de Obras e Urbanismo do município de Pereiro/CE.

8.2 O fornecimento será executado conforme discriminado abaixo:

8.2.1 O fornecimento será efetuado de forma parcelada, conforme necessidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da expedição da "Ordem de Compras" pela secretaria contratante, podendo ser prorrogado caso seja solicitado antes do prazo de entrega concluído, desde que devidamente justificado.

8.3 Os materiais elétricos serão recusados nos seguintes casos;

8.3.1 Possuírem qualidade fora do padrão do exigido pela secretaria contratante.

8.3.2 Forem enviados em quantidades menores que o solicitado;

8.4 Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da formalização da recusa pela contratante.

8.4.1 Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;

8.4.2 Sendo necessárias providências por parte dos fornecedores, os prazos para pagamento serão suspensos e considerados os fornecimentos em atrasos, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na lei, nesta ata e no ato convocatório e na minuta do contrato (anexo I).

8.5 O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser feito por meio de documento de "Ordem de Compra", também disponibilizado pela Contratada e sob responsabilidade do Contratante, que deverá carimbar e assinar as mesmas.

8.6 As contratadas deverão prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos materiais, casos em que as contratadas deverão, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade e a procedência dos mesmos.

8.7 As contratadas deverão emitir e encaminhar à contratante Nota Fiscal dos matérias fornecidos, das quais deverão constar as quantidades, os valores unitários e totais deduzidos os descontos concedidos, expressos em reais. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Pereiro/CE ou órgãos requisitantes de acordo com o CNPJ informado na Ordem de Compras.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls
C.P.L.

8.7.1 O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais.
8.7.2 Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:
a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de Regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1 751, de 2 de outubro de 2014;
b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade – CRF;
e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

9 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:
9.1 Não será admitida a entrega do objeto desta licitação, pelas contratadas sem que esta esteja de posse da "Ordem de Compra", Nota de Empenho ou outro instrumento similar respectivo e devidamente acompanhado dos documentos fiscais (Nota Fiscal).
9.1.1 O objeto desta licitação deve corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Compra ou outro instrumento similar
9.2 De posse dos documentos que devem acompanhar o objeto desta licitação, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável, mediante termo circunstanciado, para posterior verificação de especificações, da qualidade, da quantidade, dos prazos, dos preços e de outros dados pertinentes.
9.2.1 Quanto ao recebimento, o servidor da Administração ou comissão responsável, verificará se foram atendidas todas as exigências legais pertinentes e toda a observação especifica no Edital e anexos.
9.2.2 Aprovando os materiais, objeto desta licitação, após as verificações necessárias, o servidor ou comissão responsável, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua efetiva entrega, receberá os materiais em caráter definitivo, mediante recibo, o qual ratificará o termo circunstanciado de recebimento provisório, podendo, entretanto, retificá-lo nos itens necessários.
9.2.3 Encontrando irregularidades no recebimento do objeto, o servidor ou comissão responsável, fixará aos fornecedores o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para promoverem as correções necessárias, sob pena de serem os rejeitados e devolvidos, no estado em que se encontrarem.
9.2.4 Na hipótese de irregularidades em relação aos materiais fornecidos, a Administração somente os receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelos fornecedores e após a reverificação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável.

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:
10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
195
Fls
C.P.L

10.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
10.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
10.4 O órgão ou entidade poderá convocar representantes das empresas para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
10.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar os representantes das empresas contratadas para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
10.6 **FISCALIZAÇÃO:**
10.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, caput);
10.6.2 As contratantes são obrigadas a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de Portaria, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.
10.6.3 A fiscalização será exercida no interesse do Município de Pereiro/CE, e não exclui nem reduz a responsabilidade das licitantes contratadas, inclusive perante terceiros, por qualsquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade das contratantes ou de seus agentes e prepostos.
10.7 Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do contrato.
10.7.1 Caberá ainda ao fiscal do Contrato as seguintes atribuições (artigo 10º - Anexo VI-Decreto Municipal nº 310, de 22 de março de 2023):
I - Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos as contratadas;
II - Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível;
III - Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
IV - Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
V - Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
VI - Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
VII - Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;
VIII - Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
IX - Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
X - Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
XI - Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
196
Fls
C.P.L.

XII - Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência;
XIII - Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos. § 1° Em contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, são competências do fiscal de contrato, adicionalmente àquelas listadas no caput deste artigo: I - Prestar informações sobre a qualidade dos serviços; II - Atestar a frequência dos terceirizados. § 2° Em contratos relacionados a obras e serviços de engenharia, são competências do fiscal de contrato, adicionalmente àquelas listadas no caput, deste artigo: I - Verificar eventuais incoerências, falhas e omissões nos serviços técnicos prestados pela contratada, desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer ao gestor informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos; II - Verificar e aprovar a adequação de materiais, equipamentos e serviços, quando solicitada pela contratada, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento contratual; III - Exigir da contratada a apresentação do Relatório Diário de Obras — RDO, quando o contrato assim o previr, bem como apor ao documento as observações que julgar necessárias e eventuais comunicações à contratada. § 32 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços; § 42 A avaliação a que se refere o § 32, deste artigo, poderá ser realizada diária, semanal ou mensalmente, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços; § 52 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas que se façam necessárias;
§ 62 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
10.8 Gestor do Contrato (artigo 8º do Anexo VI do Decreto Municipal nº 310, de 22 de março de 2023):
I - Acompanhar, sempre que possível, o andamento das contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
II - Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III - Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
IV - Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
V - Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
VI - Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato;
VII - Orientar o fiscal de contrato sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
VIII - Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
IX - Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
X - Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
XI - Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
XII - Conferir o atesto do fiscal de contrato e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
XIII - Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls 197
C.P.L.

de Restos a Pagar;
XIV - Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do artigo 96, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
XV- Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
XVI - Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade.
XVII - Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
XVIII - Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
XIX- Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
XX - Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
XXI - Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior.
10.8.1 A análise e o ateste de conformidade descritos no inciso I, do § 1º, do art. 7º, do Anexo VI do Decreto 310/2023, quando referentes aos documentos comprobatórios arrolados no art. 57, deste Decreto, poderão ser efetivados por amostragem.
a) Mensalmente, a amostra deverá abarcar empregados distintos a serem analisados, de modo que, sempre que possível, ao final do exercício, tenha sido feita a análise dos pagamentos referentes, ao menos, a um mês, por empregado contratado;
b) O gestor do contrato enviará à contratada a relação dos nomes que integram a amostra aleatória mensal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, seja providenciada a documentação a que se refere o caput deste artigo.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:
11.1 **Do Recebimento:** O objeto contratado será recebido de forma provisória ou definitiva, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 310, de 22 de março de 2023.
11.1.1 Os prazos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto contratados, bem como as condições específicas de execução e recebimento do objeto, deverão ser definidos neste termo de referência, sendo que o início do prazo de recebimento definitivo contar-se-á do término do prazo de recebimento provisório.
11.1.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.
11.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
11.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
11.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
11.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
198
FLS
CPL

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
11.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
11.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
11.8 **Da Liquidação:** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
11.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
11.9.1 O prazo de validade;
11.9.2 A data da emissão;
11.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante.
11.9.4 O período respectivo de execução do contrato.
11.9.5 O valor a pagar; e
11.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
11.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
11.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sitios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021
11.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, quando esta não for possível de verificar mediante apresentação de documentação física ou por e-mail por parte da contratada;
b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).
11.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou ao município, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
11.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
11.14.1 A regularização poderá ser feita mediante apresentação de documentação física ou por e-mail por parte da contratada;

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
199
Fls
CPL

11.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
11.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou ao Município.

12 - PRAZO DE PAGAMENTO:
12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, nos termos do artigo 59 do Decreto Municipal nº 310, de 22 de março de 2023.
12.2 Forma de pagamento:
12.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
12.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
12.2.2 O pagamento deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, e subdividida estabelecidas no artigo 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no artigo 60 do Decreto Municipal nº 310, de 22 de março de 2023.
12.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
12.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:
13.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:
13.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
13.2 Forma de fornecimento:
13.2.1 O fornecimento do objeto será integral ou parcelado, conforme solicitação da contratante, descrito no documento de Ordem de Compra enviado a contratada.

14 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
14.1 **Habilitação Jurídica:**
14.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
14.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
14.1.3 No caso de sociedade simples: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante;

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
200
Fls
C.P.L.

14.1.4 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização expedido pelo órgão competente; os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
14.1.5 No caso de sociedade por ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante;
14.1.6 No caso de Cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
14.1.7 Em se tratando de MICROEMPREENDENDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendendor.gov.br;
14.1.8 Cópia de documento oficial com foto e CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei.
14.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.2 - Prova de Inscrição na:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.
b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
14.3.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;
14.3.3- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

14.4 - Qualificação Técnica:

14.4.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedido por entidade pública ou privado, usuária dos equipamentos em questão, comprovando que forneceu, satisfatoriamente, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro/Agente de Contratação ou quem este indicar.

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
201
Fls
C.P.L.

a) No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja execução ou entrega foram realizadas.
b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 14.4.1 "a", instrumento de nota fiscal e/ou contrato respectiva ao qual o atestado faz vinculação.
14.4.2 Os atestos de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
14.4.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5 - Qualificação econômico–financeira:
14.5.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica – Lei nº 14.133, de 2021, artigo 69, caput, inciso II;
14.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrado no órgão competente;
a) A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos.
b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

14.6 - Outras exigências:
14.6.1 Declarações complementares: A proponente deverá declarar em documento único;
a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
c) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Pereiro ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
d) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
e) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
f) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
g) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
h) Declara que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
202
Fls
C.P.L

14.6.2 A licitante deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

14.7 Justificativa Da Exigência Dos Índices Contábeis:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste período.

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo, sendo que:

14.7.1 Resultado da Liquidez Corrente:

a) Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.

b) Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.

c) Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

14.7.2 O índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Para os três índices colacionados (ILG, ILC, SG), o resultado ">1" é recomendável à comprovação da boa situação financeira (o que demonstraria um equilíbrio nas contas da companhia), sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor, em tese, seria a condição da empresa. Mas há exceções.

14.7.3 Justifica-se tal exigência, tendo como base os meios técnicos, usuais e costumeiros de aplicabilidade destas fórmulas, e assim, ficando comprovado que a exigência dos índices se faz necessário ante a comprovação da capacidade econômico-financeira do (a) empresa (s) participante (s) na perspectiva de execução de um possível futuro contrato com a Administração Pública. Logo, entende-se que as exigências acima, atendem aos padrões de requisitos demandados neste edital, pois o atendimento quantas as taxas apresentadas demonstram, em tese, a saúde e a solidez financeira da participante, bem como foi calculado com base no Acórdão 5026/2010-Segunda Câmara-TCU | Relator: AUGUSTO SHERMAN.

14.7.4 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

14.7.5 Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

15.1 O custo estimado total da contratação é de **R$ 604.324,98 (seiscentos e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos)**, e o detalhamento pode ser verificado no (anexo II) deste documento.

15.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

15.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
203
Fls.
C.P.L.

16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral, conforme solicitação de disponibilidade orçamentária das devidas dotações (anexo III).

16.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) 07 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO:

07.07 - 04.122.0037.2.036.0000 – Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Obras e Urbanismo - Recursos Próprios.

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 Material de consumo.

07.07 - 15.452.0338.2.038.0000 - Manutenção da Contribuição da Iluminação Pública.

Elemento de despesa: 3.3 90 30.00 Material de consumo.

16.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls 204
C.P.L.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local de Data

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO-CE
SETOR DE LICITAÇÃO

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2204.01/2025**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I.

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos produtos objeto desta licitação; que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital.

LOTE - ....

item	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	MARCA	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

PROPONENTE:
ENDEREÇO:
CNPJ/CPF Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

_____
Nome do Representante Legal
CPF nº _____ - ___

6

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
205
Fls
C.P.L.

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº _____
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA Nº 01
(Juntar aos documentos requeridos para habilitação)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO (A) PROPONENTE). DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

A) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menorde 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
B) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
C) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de PEREIRO-CE ou qualsquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
D) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
E) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
F) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistasassegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
G) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
H) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena doart. 299 do Código Penal.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ___

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
206
Fls
C.P.L.

MODELO Nº 02

(Juntar com os documentos apresentados para credenciamento)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE), DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que está inscrita na Receita Federal, na condição de (citar se: Micro Empresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP).

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____-___

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
207
Fls

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome e qualificação

OUTORGADO: Nome e qualificação.

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO-CE, no processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2204.01/2025, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I, parte integrante deste processo, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ___

OBS.: No caso de ***procuração particular***, reconhecer a firma do OUTORGANTE, em cartório

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
205
Fls
C.P.L.

ANEXO V - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PEREIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ....., COM A EMPRESA ....., PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O MUNICÍPIO DO PEREIRO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na _____, nº ____, Centro - Pereiro/CE - CEP 63460-000, , inscrito no CNPJ/MF sob o nº ....., através da SECRETARIA DE ....., neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas, Sr. ....., doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa ....., com endereço na Rua ....., Nº ....., bairro ..... em ..... Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., representada por ....., CPF nº ....., ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____, PROCESSO Nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 147/2014, e o Decreto Municipal nº 310/2023, de 22/03/23, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1-Processo de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar 147/2014, e o Decreto Municipal nº 310/2023, de 22/03/23, devidamente homologado pelo SECRETARIA DE ..... do Município de PEREIRO – CE.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1-O presente contrato tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE, CONFORME ANEXO I.

CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1-A CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) pela execução do objeto deste contrato o valor global de R$ _____ (_____), conforme planilha em anexo.

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

4.2.Assumir a responsabilidade pelos prejuízos causados aos materiais em decorrência de defeitos provenientes de operação imprópria; mau uso e negligência de terceiros;

4.2.1.Em qualquer uma das hipóteses, a reparação será feita mediante orçamento prévio, devidamente autorizado pela Administração da Contratante;

4.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
209
Fls
C.P.L

4.2.4.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
4.2.5.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
4.2.6.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
4.2.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
4.2.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
4.2.9.Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
4.2.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
4.2.11.A Prefeitura Municipal de Pereiro/CE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5.1.Entregar materiais para o qual tenha sido considerada vencedora no Almoxarifado central do Município de Pereiro, no prazo máximo de 10 (dez) dias sem que isso implique em acréscimos nos preços constantes da proposta, o qual será conferido e, se achado irregular, devolvido à empresa, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar a substituição;
5.2.Substituir a(s) materiais) que, após a entrega e aceite, venha a apresentar defeitos de fabricação/transporte;
5.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Pereiro ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Contratante;
5.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais, se estes apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação;
5.5. Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
5.6. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega ou da assistência técnica aos materiais, objeto deste Pregão;
5.7.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão;
5.8. Assumir todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **Administração Municipal** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
5.9. Responsabilizar-se pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
5.10.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeitaexecução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
5.11.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5.12.Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a datada entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Pereiro
Fls 210
C.P.L.

5.13.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por elessolicitados;
5.14.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
5.15.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Câmara ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
5.16.Quando não for possível a verificação da regularidade por meio dos sítios eletrônicos oficiais, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
5.17.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
5.18.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
5.19.Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
5.20.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
5.21.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
5.22.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
5.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.24.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
10.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1-O contrato terá o prazo de vigência a contar da data de sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.
6.2-O objeto da licitação será recebido pelo liquidante da SECRETARIA DE .....

mediante a apresentação dos respectivos recibos (em duas vias), fatura e nota fiscal, nos termos do Edital.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1- Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela SECRETARIA DE ..... do Município de PEREIRO, que atestará a entrega do objeto licitado;

7.2- Caso a fatura seja aprovada pela SECRETARIA DE ..... O pagamento será efetuado, no prazo de até 10 (DEZ) dias a entrega do objeto licitado

CLAÚSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

8.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro ....., sob a dotação orçamentária nº ....., elemento(s) de despesa(s) .....

CLAÚSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

9.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21;

CLAÚSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1- A fiscalização do referido contrato dar-se-á por intermédio do(a) servidor(a), _____, formalmente designado(a) pela autoridade competente para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de

penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b","c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa:
1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 5% do valor do Contrato
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.
11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.1.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.3.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.3.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.4.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.5.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.6.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Pereiro
213
Fls
C.P.L.

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.2. Em caso de rescisão prevista nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.3. A rescisão contratual de que trata o inciso I art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a III, ambos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DAS DISPOSICOES FINAIS

14.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

14.2- Obrigação da Contratada de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

15.1-Fica eleito o foro da Comarca de PEREIRO, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PEREIRO-CE, ... de ..... de 20__.

.....	Nome do Representante da Empresa
SECRETARIA de	Nome da Empresa
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF: